



territórios negros

nº 3 • maio/junho de 2001

Informativo de apoio às Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo • Publicação de KOINONIA

Primeira Oficina Territórios Negros do Rio de Janeiro

Nesse número especial, ampliamos nosso espaço (e nosso atraso) para lhes apresentar o relatório da nossa 1ª OTN-RJ, realizada entre os dias 11 e 13 de maio passado.

A Oficina foi programada para receber quatro representantes de cada uma das oito comunidades negras rurais com que o projeto Egbé – Territórios Negros, de KOINONIA, mantém contato regular no estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, por motivos muito variados, três dessas comunidades, Machadinha (Quissamã), São José (Valença) e Ilha da Marambaia (Mangaratiba), não puderam estar presentes. Apesar disso, os trabalhos contaram com 18 representantes de comunidades, 10 homens e 8 mulheres, com idades entre 20 e 75 anos.

O principal objetivo da Oficina foi abrir um espaço para a troca de informações e experiências entre aquelas comunidades. Uma das metas do projeto Egbé – Territórios Negros, é justamente criar as condições para a formação de uma rede regional de apoio a elas. Dois outros objetivos complementares eram: repassar informações sobre as alternativas de regularização fundiária de seus territórios e melhoria de qualidade de vida de suas comunidades; e registrar seus depoimentos para produzir material didático destinado àquelas e a outras comunidades negras rurais que venham se juntar à rede.

Para isso, depois de um jantar de confraternização na sexta-feira à noite, organizamos os trabalhos do sábado na forma de dois painéis. Pela manhã, nos dedicamos a montar a “árvore da memória” de cada comunidade. Cada grupo



José Maurício Arruti

desenhou uma árvore que deveria simbolizar a história da comunidade. Nas raízes, a origem. No tronco, os principais fatos que marcaram a história da comunidade. Nos galhos, os grupos, as famílias e questões atuais. Finalmente, nos frutos, as suas conquistas. Este foi um exercício extremamente rico. Para além dos conteúdos objetivos recuperados, ele permitiu que as comunidades presentes

refletissem sobre sua capacidade de organização e sobre os pontos de contato ou comparáveis entre suas diferentes histórias.

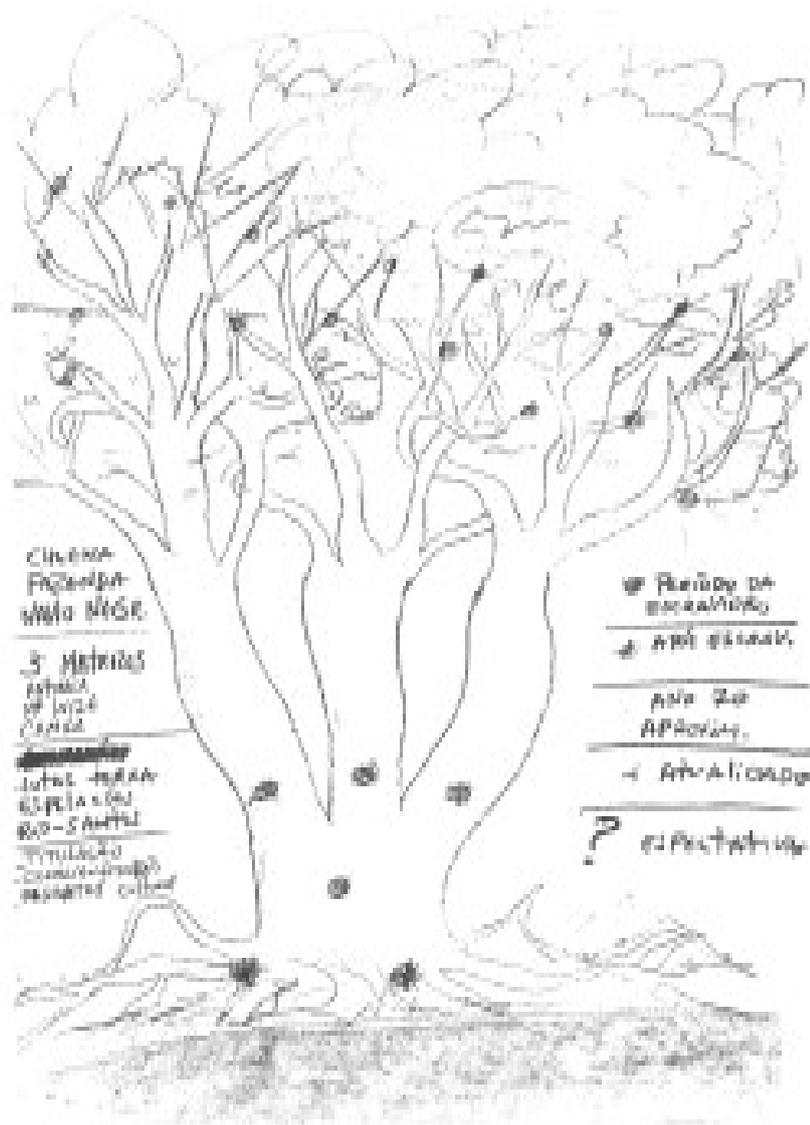
Na parte da tarde, propusemos que cada uma delas voltasse a se reunir para montar o mapa de seu território. Além de recuperar informações geográficas objetivas, a intenção novamente era permitir que os grupos produzissem um diagnóstico sobre sua situação territorial (conquistas, perdas e carências) e as comparassem com a dos outros grupos.

Ao final, no momento de avaliação dos trabalhos, os participantes pareciam misturar à sensação de cansaço, a satisfação por terem respondido com sucesso a um desafio novo para todos. De nossa parte, ficou a tarefa de responder às solicitações formuladas nesse momento. A primeira, de realizar uma nova Oficina, com um número maior de comunidades – todos pareciam muito curiosos sobre isso. A segunda, que nessa Oficina nós dispusésemos de mais tempo, para um melhor

aproveitamento do raro encontro entre elas – laços de amizade pareciam estar se formando.

Esperamos que os leitores possam apreciar um pouco dessa experiência no resumo que apresentamos a seguir.

Nele trazemos pequenos textos de apresentação de cada comunidade, seguidos da descrição dos exercícios de construção da “árvore da memória” e do mapa de cada uma delas. Nos boxes há trechos de alguns depoimentos. Infelizmente não foi possível incluir os desenhos de todas as comunidades.



“Essa luta que a gente teve, igual a vocês eu era criança quando eles estavam na luta e conseguimos. Nós conseguimos esse título da gente. E estamos aqui para ajudar a vocês no que vocês precisarem e onde tiver reunião, qualquer coisa para ajudar vocês a gente está junto”. DILMA – CAMPINHO

Campinho da Independência

A comunidade de Campinho da Independência fica localizada na zona litorânea ao Sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty. Sua área total é de 287 hectares, ocupados por pouco mais de 80 famílias negras, divididas em diversos sítios familiares usados como área de moradia e de trabalho. Todos que moram em Campinho da Independência, conhecido na região como um “bairro de pretos”, são descendentes das irmãs Antonica, Marcelina e Luíza, consideradas por todos as fundadoras da comunidade.

Até a década de 70 não havia disputa pelas terras da comunidade de Campinho. Os habitantes cultivavam principalmente a mandioca, fabricavam farinha e produziam artesanato como meio de sobrevivência. Mas, depois da construção da rodovia Rio-Santos, em 1973, a vida da população muda drasticamente. Diante da repentina valorização de suas terras e da ameaça de grileiros, os moradores de Campinho reagem e se organizam, fundando uma Associação de Moradores, pedindo ajuda à Igreja Católica (por meio da Comissão Pastoral da Terra) e associando-se ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty. Assim, em 1975, eles vão à Justiça em busca de seus direitos, por meio do pedido de usucapião de suas terras. As terras chegaram a ser desapropriadas pelo governo do estado, mas nunca foram entregues à comunidade.

Passados quase trinta anos de luta, a comunidade de Campinho finalmente teve a propriedade de suas terras reconhecida no dia 21 de março de 1999. Foi a primeira titulação de terras do estado baseada no artigo 68 da Constituição Federal (ADCT).

A ÁRVORE E O MAPA

Campinho compareceu à Oficina com um grupo composto por dois homens e duas mulheres, predominantemente jovens lideranças (Vaguinho, Sílvio, Sirlene – entre 20 e 25 anos – e Dilma – 45 anos). A construção da árvore não teve maiores problemas para eles. Primeiro, porque um deles (o Sílvio) é o artista

“Eu acho que é um problema muito sério a questão dos remanescentes do país. Temos hoje a terra garantida, temos a luta da comunidade sim, que começou há vários anos, mas temos muitas dificuldades. E precisamos unir cada vez mais as comunidades. Se a gente não se unir, vai ser difícil a luta. A luta tem que ser mais aprofundada, mais conjunta, mais próxima, pra gente ter mais força pra lutar junto. Uma comunidade quilombola lá distante, outra distante, sem o mínimo de comunicação... A gente precisa desse engajamento mais próximo[...] Estamos hoje aí nessa luta, estamos em um processo de conscientização dos jovens porque a gente tem o maior orgulho de falar que somos quilombolas e isso está falando de auto-estima, de realidade, de assumir a negritude [...] A gente tem trabalhado muito a questão de realidade cultural, porque ser negro não é só bater no peito e dizer que é quilombola, tem que saber de sua história, suas raízes, a sua identidade”. WAGNER – CAMPINHO

plástico que tem sido responsável pela produção de faixas, camisetas e pela identidade visual da Associação de Moradores. Segundo, porque o grupo veio preparado com uma pasta cheia de material histórico, documentos e recortes de jornais que compõe um verdadeiro quebra-cabeça da história da comunidade. A “árvore da história” do Campinho estava sendo contada por pessoas que, como eles mesmo ressaltavam, já estavam colhendo os frutos da luta pela terra. Daí, a memória apresentada ter um formato bastante estável e sem conflitos, com uma organização muito próxima da história escrita, sem as eventuais controvérsias provocadas pelo confronto de experiências daqueles que viveram os fatos pessoalmente.

A árvore de Campinho foi organizada segundo três marcos fundamentais. O primeiro, a decadência do café, que resultou no abandono das terras pelos proprietários e na sua doação às três irmãs ex-escravas. Depois, a valorização das terras com a construção da rodovia Rio–Santos, que levou aos conflitos decorrentes da especulação imobiliária. E, finalmente, o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombos, que significou a definitiva conquista da terra e o início da preocupação com a cultura e conscientização racial do grupo.

A construção do mapa de Campinho, ao contrário da sua árvore, por não ter um roteiro previamente estabelecido, foi o momento de uma maior criatividade. Os participantes partiram de suas percepções pessoais para estabelecer detalhadamente os marcos

de seu território, dividindo o mapa entre os núcleos familiares (Santos, Besto, Cândido, Amâncio, Nascimento, Martins, Conceição e Remédios) e ressaltando a importância do campo de futebol para a comunidade, lugar de convívio coletivo dos moradores. Em contraposição a isso, descreveram como a Igreja Assembléia de Deus tem construído uma nova mentalidade no interior do grupo, com a “satanização” do futebol e de outras manifestações lúdicas. Chamavam a atenção para carências, como a falta de médicos e incentivos à cultura, etc.

Caveira

Atualmente a Fazenda da Caveira é ocupada por aproximadamente 100 famílias, algumas descendentes dos antigos escravos da Fazenda Campos Novos e outras vindas de outros municípios e estados. A Fazenda da Caveira localiza-se no município de São Pedro da Aldeia, entre Cabo Frio e Armação dos Búzios. De acordo com os moradores da Caveira, a ocupação desta fazenda teria se dado ainda no tempo da escravidão por seus antepassados que trabalhavam na Fazenda Campos Novos.

A partir de 1950, com a suposta compra da fazenda Campos Novos pelo

“A luta não pára, a luta continua...essa luta é nossa... o que mais me surpreende é num momento que nós vemos que a maioria da juventude está voltada para um lado totalmente diferente e eu vejo aqui muitos jovens interessados e que é de muito futuro, dependendo do nosso trabalho...”. SEU JOÃO – CAVEIRA

“Marquês”, aquelas famílias passam a sofrer a imposição de novas e duríssimas regras de trabalho e moradia, além do arrendamento das terras que até então ocupavam livremente.

A insubordinação dos trabalhadores às novas regras e a contratação, pelo “grileiro”, de jagunços para intimidá-los (muitas vezes acompanhados de policiais que auxiliavam na destruição de casas e roças) dá início ao conflito que se arrasta até hoje.

Apesar das decisões da Justiça em favor dos posseiros nos anos de 1960, as ameaças e violências persistiram por toda a década de 1970.

Em 1983 a parte da antiga Fazenda Campos Novos situada em Cabo Frio é desapropriada para dar lugar a um assentamento do INCRA.

Em 1999, a Fazenda Caveira foi reconhecida como remanescente de quilombo, mas ainda tem convivido com intensos conflitos com os pretensos proprietários dos pequenos sítios. Além disso, a extração ilegal de areia tem causado o empobrecimento do solo e ameaçado a vida dos moradores que dependem da terra não só para morar mas também para a lavoura. Apesar das inúmeras denúncias feitas aos órgãos responsáveis a extração não foi interrompida.

A ÁRVORE E O MAPA

Na Oficina, o grupo da comunidade da Caveira foi formado por cinco pessoas, dois casais com cerca de 70 anos (Rosa e Joaquim, João e Almerinda) e um rapaz de cerca de 30 (Célio). Durante os trabalhos, duas pessoas tiveram um destaque especial. “Dona Rosa da Farinha”, uma das lideranças sindicais de maior destaque em toda a região dos Lagos desde os anos de 1950, e “seu João”, atual presidente da Associação de Moradores. Logo no início dos trabalhos foi enfatizada pelo grupo, principalmente nas falas de Dona Rosa, sua condição de trabalhadores rurais, assim como a narrativa das “batalhas” pela reforma agrária que o grupo enfrentou, em especial aquelas que dona Rosa e

“O sindicato surgiu no dia do confronto que houve entre o Marquês e os trabalhadores rurais, quando o Marques disse que o Velho não podia fumar, ‘tira o cachimbo da boca, você não pode fumar’. Então tinha duas crianças que iam pagar renda porque ele passou não aceitar só o dia da pessoa que era o responsável pela casa. Todos tinham que trabalhar para ele, era uma escravatura. Voltou a escravatura. E ele mandou os velhos embora, o Seu Severino, Seu Marcelo Gaspar e outros. E os meninos que estavam lá disseram, ‘ou os velhos ficavam lá ou todos nós vamos embora’. Então fomos embora. Mas nós saímos dali para o escritório. Lá no escritório eles queriam que os trabalhadores assinassem um papel em branco. Todos que assinaram o papel foram embora, ele botou para fora depois. E nós de Botafogo e Caveira que não assinamos o papel e começamos a luta [...] E fizemos uma comissão organizadora, na outra semana já não era mais uma comissão era uma associação, e com poucos dias formamos o sindicato. Só que infelizmente o nosso sindicato durou pouco porque veio logo o golpe de 1964, e que foi destruído o sindicato. A gente já tinha apanhado, já tinha sido preso, aprendemos a lutar também. Com tanta crueldade, com tanta maldade. Eles colocavam boi na roça, porco na roça, eles colocavam uma determinada quantidade de filho de grileiro trazido de Campos, trazido do norte, trazido do sul, nu, pelado, no meio das crianças para ver se a gente se revoltava [...] Nós sofremos demais na Fazenda da Caveira e continuamos sofrendo até hoje porque não foi decidido nada”. DONA ROSA – CAVEIRA

seu João viveram juntos.

Apesar de longa história em comum, a recuperação de uma memória para todo o grupo representou um momento de grande dificuldade. As divergências de interpretação em torno das origens da comunidade tomaram quase todo o tempo do exercício. De um lado, propunha-se que as raízes fossem as cinco famílias habitantes iniciais da Fazenda da Caveira: Silveira, Santos, Marciano, Souza e a de Heitor Ivo. De outro, argumentava-se que aquelas duas últimas famílias não deveriam constar das raízes da comunidade por não terem participado da formação do sindicato e da luta pela terra, fatos fundamentais na história do grupo. Apesar dessa discordância, chegou-se ao consenso de que as famílias da Caveira só passam a se reconhecer como grupo após o início do conflito com o “Marquês” e da luta pelo território que ocupam. Assim, uma “história da comunidade” só tem início com a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O evento marcante foi a “Revolta do Cachimbo” contra as novas regras impostas pelo “grileiro” para o trabalho na roça (controladas por capatazes). Entre essas estavam as restrições de horário para ir ao banheiro, para beberem água e a proibição de fumarem

enquanto estivessem trabalhando. A insubordinação planejada entre os trabalhadores, sobre esse último ponto, é o marco de origem da luta e da própria comunidade.

Durante a apresentação da árvore para as outras comunidades, todos destacaram as lutas travadas pelo STR e a perseguição sofrida por seus líderes

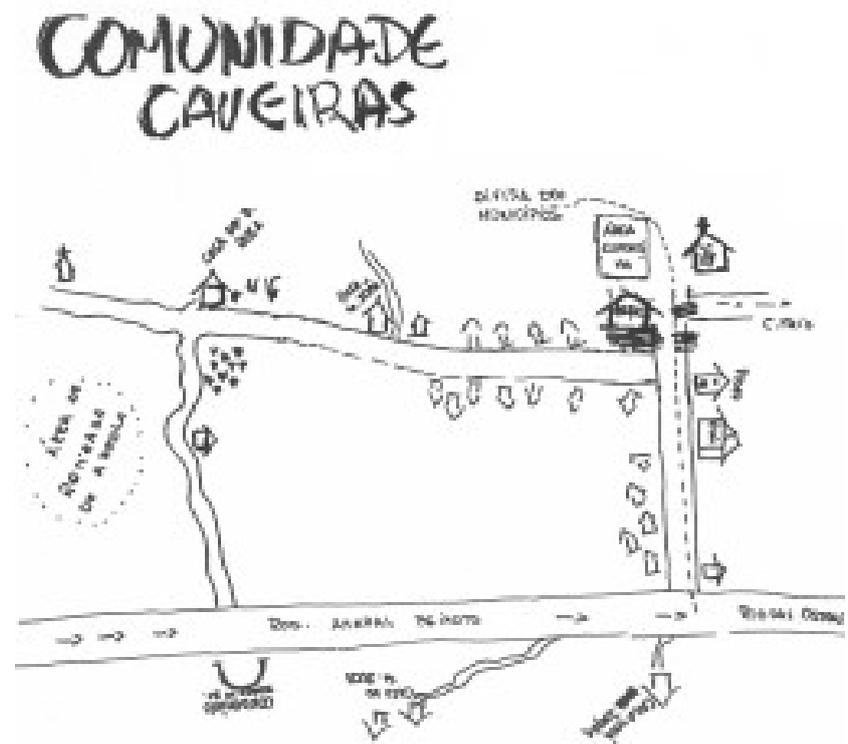
desde 1964 até fins de 1980, quando da morte de Sebastião Lan, importante liderança sindical. O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos só foi citado muito rapidamente e depois de lembrado pelos outros participantes da Oficina.

O exercício de construção do mapa da comunidade, que o grupo considerou mais objetivo, foi um momento importante para revelar a percepção coesa do grupo sobre seu espaço e sobre os direitos ligados a ele.

Merecem destaque nesse trabalho as discussões relativas aos recortes criados no interior da comunidade pela fronteira administrativa que divide os municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Apesar de antiga, a separação só passou a ter consequências práticas para eles há pouco tempo.

Ela corta o coração da comunidade, deixando a praça, o campo de futebol e a associação de moradores de um lado, em São Pedro da Aldeia, e a escola e o posto de saúde – todos construídos pelo conjunto da comunidade – em Cabo Frio.

O INCRA assentou apenas as famílias situadas no município de Cabo Frio, dividindo a luta daquelas famílias. Ao reconhecer apenas a parte de São Pedro da Aldeia como remanescente de quilombos, a FCP reforçou ainda mais





José Maurício Arruti

essa divisão. Hoje a comunidade está repartida em dois STRs e duas Associações de Moradores.

Apesar disso tudo, o grupo continuou desenhando um mesmo mapa para sua comunidade, incluindo nele a linha que a divide em dois municípios. Note-se ainda que o grupo desenhou uma bíblia onde estava localizada a igreja evangélica, para distingui-la da igreja católica e incluiu o Condomínio que está sendo construído dentro das suas terras, à revelia dos direitos estabelecidos pelo artigo 68 das ADCTs. Foi apontado como o ponto negativo atualmente vivido pela comunidade a falta de uma rede de água.

Rasa

A Rasa é um bairro de população majoritariamente negra, localizado na periferia da cidade de Búzios (município de Armação dos Búzios), recentemente emancipado de Cabo Frio. Não existem dados quantitativos sobre a população da Rasa, nem sobre a sua situação jurídica. O laudo apresentado pela Fundação Cultural Palmares apenas recolhe algumas das histórias contadas por um número restrito de informantes da localidade sobre a origem do bairro e de sua população. Conta-se que os atuais moradores da Rasa são descendentes de escravos que, trazidos de Angola para trabalhar na Fazenda Campos Novos, conseguiram fugir e se refugiar nas matas daquele litoral. Depois da abolição, eles teriam se somado aos ex-escravos da Fazenda de Campos Novos, que continuaram trabalhando para seus antigos senhores sob o

regime de arrendamento. Cultivavam pequenas roças e trabalhavam nas grandes plantações para pagar a terra que ocupavam.

Há pouco mais de vinte anos, a abertura de estradas, a intensa circulação de linhas de ônibus e a transformação de Búzios em um balneário turístico de fama internacional, trouxe inúmeras transformações à Rasa. A urbanização e a especulação imobiliária tornaram impossível a continuidade das pequenas lavouras no bairro. O turismo e a chegada de pessoas de outras cidades, atraídas pela oportunidade de empregos, transformaram a Rasa em um bairro urbanizado. Apesar disso, a experiência de uma unidade social e étnica ainda é possível em função principalmente da presença da Igreja Assembléia de Deus, fundada nos anos de 1950 e desde então sob a responsabilidade de uma mesma família de pastores negros.

A ÁRVORE E O MAPA

Os dois senhores e duas senhoras que

participaram da oficina, com uma média de 60 anos (Dona Elza, Uia, Seu Pedro e Seu Geraldo), deixaram claro que não existe, para eles, uma memória pronta e única da Rasa, que represente toda a “comunidade”. Os mesmos acontecimentos foram contados como sendo vivenciados separadamente por cada uma das três famílias ali representadas. Apesar disso, ao longo do exercício e com o apoio da equipe do Projeto Territórios Negros, eles puderam construir um consenso em torno da sequência de acontecimentos vividos por seus antepassados, que permite falar em uma história comum.

Assim, a árvore da memória da Rasa foi dividida em quatro partes que correspondem a quatro gerações. As raízes, os bisavós africanos daqueles moradores. O tronco, seus avós, já libertos, que moravam e trabalhavam na Fazenda Campos Novos, pagando arrendamento aos antigos senhores. Os galhos da árvore, seus pais, que continuaram pagando arrendamento até cerca de 1950, quando foram despejados por Antonio Paterno, conhecido como “Marquês”. A partir dessa data é que eles transferiram-se para a Rasa, passando a pagar arrendamento para uma outra família de grandes proprietários, os Gonçalves, lembrados pela violência contra os negros e que dominou todo esse período, até muito recentemente.

Finalmente, as folhas, representando eles mesmos, foi a geração que, a partir de meados dos anos de 1970, começou a comprar lotes para morar. Merece destaque, nesse período, a chegada em grande número de pessoas vindas de outros municípios, que iam

“As mesmas coisas que a Dona Rosa passou nós passamos, nossos pais passaram também. Só que os nossos pais, quando veio o despejo das terras, eles saíram. E hoje nós estamos aqui porque nós queremos que viesse a reforma agrária, nós precisamos, nossos filhos, nossos netos não têm mais nada porque o povo de fora entraram e tomaram nosso lugar e nós ficamos morando só num lote. Então nossos bisavós chegaram em um navio negreiro e ali nós ficamos a vida inteira morando naquele lugar. E hoje não temos direito. Nós moramos dentro de um cubículo, num lote, o povo que chegava e invadia aquelas terras e hoje eles dizem ser dono dos lugares. E por isso nós estamos aqui para uma luta, para que o governo faça alguma coisa. Os escravos chegaram, os meus avós contam, que ali chegava o navio e aquele povo fugia. E quando acabou a escravidão, eles voltaram. E aí começou a crescer. Na Rasa só tem duas famílias. Todo mundo ali é parente. Os escuros são tudo parente.” UIA – RASA

se estabelecendo nos terrenos desocupados dos loteamentos. A população negra do local nunca teria se apossado desses terrenos, como os que chegavam de fora, em função da proibição estabelecida pelo pastor do bairro. Segundo o pastor, os filhos de Deus nunca poderiam se apossar de algo que não fosse deles.

O reconhecimento oficial do grupo como comunidade remanescente de quilombos não foi relacionado entre os momentos marcantes na história das suas famílias. Pelo contrário, os participantes tinham mais dúvidas que certezas sobre o significado de tal reconhecimento e o Sr. Pedro, por exemplo, reclamava dos seus efeitos imediatos.

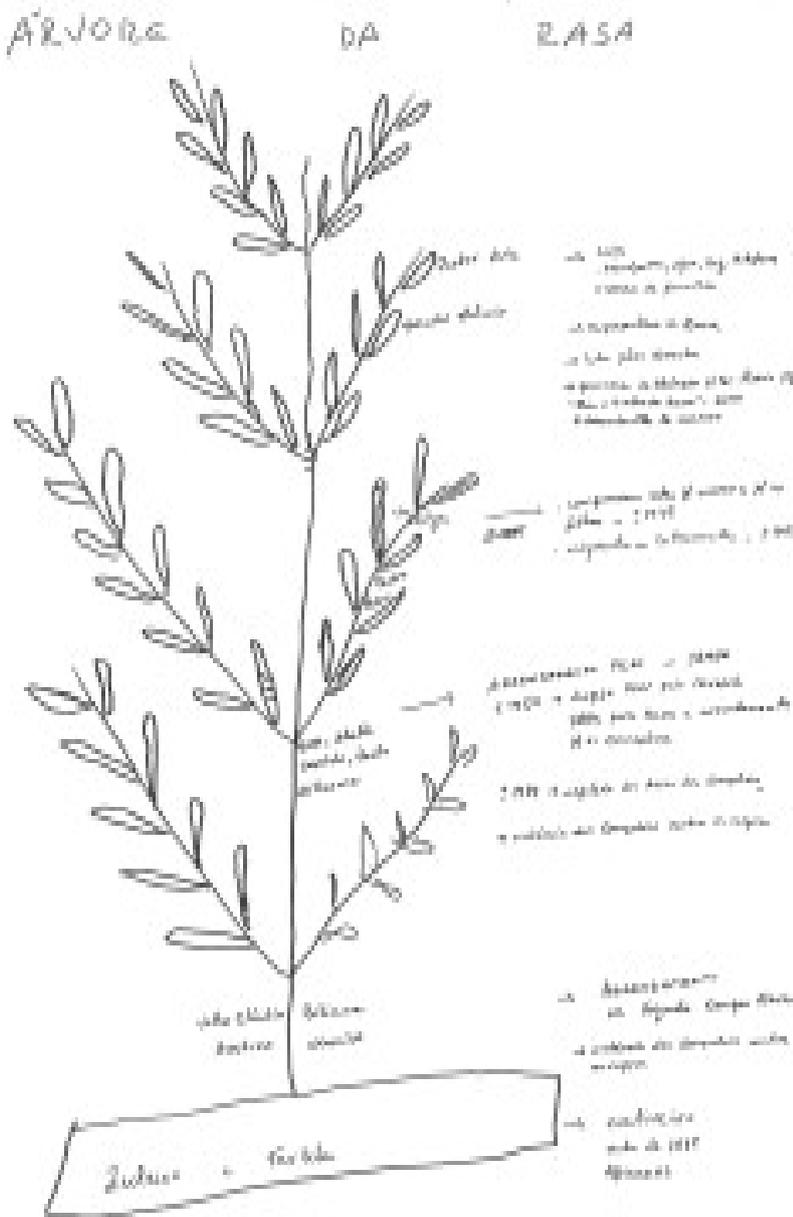
“Foram lá me entrevistar porque eu era o mais velho do lugar. Meu pai era do tempo do cativo. Então eles colocaram na mente do povo que aquele povo de fora tinha que entregar aquilo tudo para mim, que aquilo era meu. E o povo se alvoroçou contra mim[...] não me deram título nenhum e saíram fora. Não me falaram mais nada. Não me falaram mais nada. Quando eu vim de lá para cá ontem, o pessoal ficou tudo grilado”. SEU PEDRO – RASA

Ele foi procurado em outubro de 2000 pelo jornal O Globo que trazia a informação de que as terras de sua casa teriam sido tituladas, como uma primeira etapa do processo de titulação de toda a “Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa”. Apesar de não ter tido qualquer contato com os

órgãos responsáveis pelo processo de titulação (Fundação Cultural Palmares ou ITERJ), a matéria publicada tem lhe causado problemas com os moradores vizinhos. Alguns deles, por não estarem incluídos entre os “remanescentes”, ficaram temerosos de perder suas terras e passaram a ver o Sr. Pedro como um símbolo desse medo (cf. depoimento de Seu Pedro, Rasa).

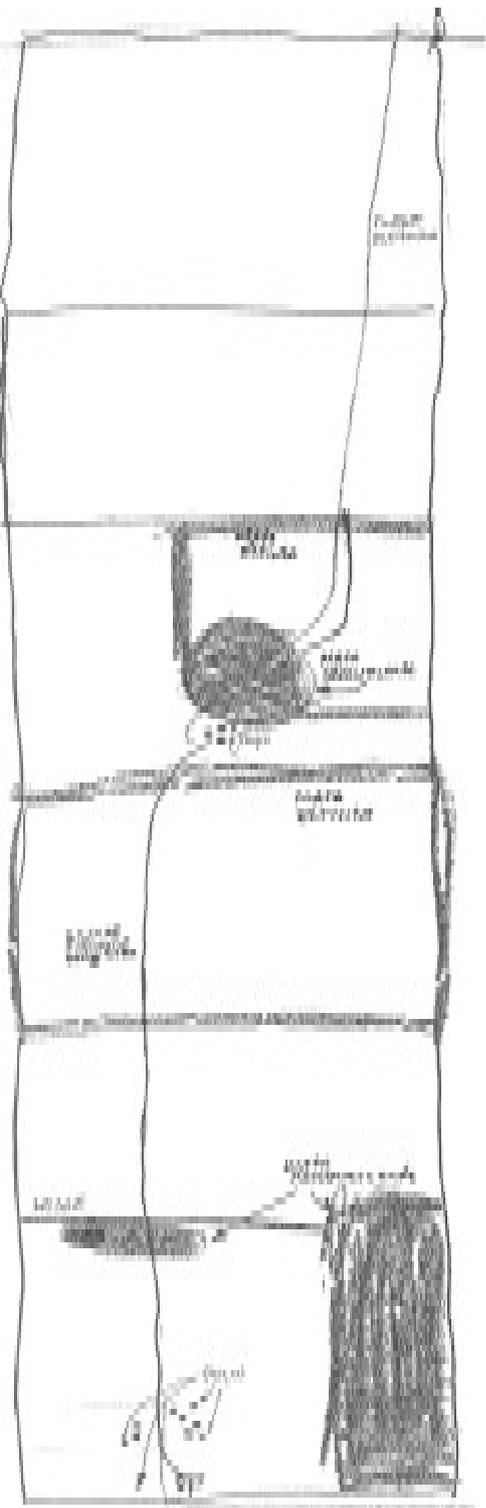
Aparentemente, as únicas pessoas que têm informações sobre o reconhecimento do bairro da Rasa como terra de remanescentes de quilombo são: o pastor Luiz, da Assembléia de Deus, e o vereador Walmir, apontados como os representantes da Rasa (“são eles que lutam por nós”). Mas, apesar de convidados, nenhum dos dois pôde estar presente na Oficina. O trabalho de construção da árvore foi dificultado porque as pessoas que estavam trabalhando na recuperação da memória do bairro pararam com seus esforços. Foram ameaçadas por pessoas contrárias à investigação sobre quem eram os antigos proprietários daquelas terras.

Quanto ao mapa, os participantes fizeram um esquema bastante simples e resumido do bairro, onde se destacam a praça, a igreja, a escola, a delegacia e a quadra esportiva. Baseados no mapa, localizaram como pontos positivos, a presença de um colégio com segundo grau, o transporte freqüente, a água encanada e a rede de luz elétrica. Sobre os pontos negativos do bairro, citaram a falta de saneamento básico, de hospital e de creche, o desemprego e a divisão territorial entre Cabo Frio e Búzios, que dificulta o acesso a certos serviços públicos. A Associação de Moradores é constituída apenas por “gente de fora”.



Preto Forro

Na área rural de Cabo Frio, em um bairro chamado Angelim, ficam localizadas as Terras de Preto Forro. Seus



Terras de Preto Forro

moradores, distribuídos por 10 casas, somam aproximadamente 60 pessoas descendentes de antigos escravos que trabalhavam em duas fazendas vizinhas. Contam que o nome Preto Forro foi dado àquelas terras para marcar a diferença de outras terras ocupadas por trabalhadores em regime de escravidão.

Há três gerações a responsabilidade com as terras Preto Forro tem permanecido entre os homens descendentes diretos do primeiro dono e fundador da comunidade. Uma delas era o pagamento dos impostos que era dividido entre todos os moradores. No final da década de 1980, o responsável arrendou parte das terras da comunidade para que um fazendeiro vizinho usasse como pasto, sob o argumento de que assim, o grupo teria como pagar os impostos sobre a terra. Em pouco tempo, porém, o constante endividamento pessoal desse responsável junto ao fazendeiro, levou a que ele lhe transferisse o direito de posse das terras como forma de pagamento, apesar de não ter direito a isso.

A partir daí o fazendeiro tem forçado o deslocamento daquelas famílias de diferentes formas que evitam a violência direta. Suas plantações têm sido destruídas pelo gado, eles estão sendo proibidos de ampliar seus quintais ou construir casas para seus filhos, e a mata original, de onde eles extraíam de forma equilibrada a madeira para a produção de carvão em pequena escala, já foi praticamente toda destruída para a ampliação do pasto. Das poucas árvores frutíferas que restaram, o fazendeiro já não permite que os moradores retirem os frutos.

A comunidade, apesar de ter um dos times de futebol mais bem equipados e organizados da Região dos Lagos, não tem uma Associação de Moradores própria, nem seus componentes são sindicalizados. O consenso local sobre a legitimidade de suas posses não tinha criado a necessidade de uma maior

organização, até agora.

A ÁRVORE E O MAPA

Da comunidade de Preto Forro participou da Oficina apenas uma pessoa, Ademir (33 anos). Como estava sozinho, durante a produção da “árvore da história” ele foi absorvido pelo grupo da Caveira, por se supor uma convergência entre suas histórias mais remotas. Mas tanto as discussões que prevaleceram naquele grupo, quanto os limites temporais da história que Ademir está habilitado a reconstituir frustraram essa expectativa. No momento da apresentação da árvore, quando foi convidado para contar a história da sua comunidade, ele concentrou-se justamente nos acontecimentos da última década, a partir de quando a posse pacífica das Terras de Preto Forro foi posta em perigo.

Uma maior participação ficou por conta da construção de seu mapa, quando pudemos recuperar mais detalhadamente as dimensões daquelas terras e o impacto da entrada do fazendeiro, tanto na destruição das reservas de mata nativa, quanto nos efeitos da presença do gado. As famílias locais passaram a cercar suas posses familiares, quando antes o que existia era uma única terra de uso comum que era ocupada de acordo com as necessidades e capacidades familiares a cada novo ano.

Novo Horizonte

Os Assentados de Novo Horizonte são ex-trabalhadores da Usina Horizonte e estão situados entre a Lagoa Feia e a Serra do Imbé, ambos no distrito de Morangaba – Campos dos Goytacazes. A Região do Imbé foi marcada pela presença de inúmeros quilombos, principalmente a partir de fins do século XVIII e início do século XIX, com o desenvolvimento da produção açucareira e do número de escravos nos engenhos.

Atualmente a Região é povoada por famílias negras que lutaram por seus direitos e hoje estão livres da exploração dos usineiros da região. Os moradores do local se referem ao processo de reforma agrária como “conquista da liberdade”. No caso dos Assentados de Novo Horizonte, tudo começou quando

“Meu objetivo é sair daqui com alguma notícia, alguma coisa para passar pro pessoal lá, o que aconteceu o que não aconteceu, por que eles não puderam vir. Fico muito feliz de estar aqui com vocês, porque aqui a gente esta aprendendo... e fica passando e vem mais gente aqui para conhecer... e isto que é mais importante para todo mundo”. ADEMIR – PRETO FORRO

“A gente é herdeiro da terra e tinha um primo da gente, ele tinha uma parte que ele morava. Antes o pessoal pagava (imposto), aí ele chegou e falou que o pessoal não precisava mais pagar porque ele tinha alugado o pasto para um cara e o dinheiro que ele pegava, pagava. Daí passaram uns tempos e o cara apareceu dizendo que ele era dono da terra, dizendo que ‘eu comprei e vocês não podem fazer mais nada aí’. Mas como não pode fazer se é da gente, por que a gente não pode fazer? Aí o pessoal lá, os primos, o pessoal entraram e fizeram no peito. Um troço que é da gente não vai fazer porque o cara proibiu? Tem que entrar e fazer. A gente tem que meter bronca para frente, entrar e fazer mesmo. Ele está com o gado dele lá. Estamos correndo atrás desse objetivo”. ADEMIR – PRETO FORRO

as atividades da usina foram interrompidas, em 1984, deixando os trabalhadores sem os seus salários desde 1982. No ano de 1985, a usina teve a falência declarada, e em 1987, a maior parte da área agrícola da massa falida foi apropriada pelo Estado. Após articulação dos trabalhadores, foi feito um acordo em que as indenizações trabalhistas seriam feitas em lotes de terra e, finalmente, em 4 de agosto de 1987, lhes foi dada a emissão de posse.

Na região do Imbé foram assentadas 132 famílias, distribuídas por quatro assentamentos: Batatal (15 famílias), Cambucá (27), Aleluia (28), Conceição (62), que são representadas por duas Associações de Pequenos Produtores.

A ÁRVORE E O MAPA

Participaram da Oficina quatro representantes das duas associações do Imbé, com idades entre 40 e 60 anos (Paulo, Vigante e Elza, e Berenice). Paulo é presidente tanto da Associação Cambucá e Batatal quanto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos. Embora nem todos tenham nascido na região, todos participaram dos processos de desapropriação das fazendas e formação dos assentamentos na região.

O processo de elaboração da “árvore da história” do Assentamento refletiu a experiência sindical do grupo, em função da qual estão acostumados a dar depoimentos para políticos, jornalistas e pesquisadores. Apesar da dificuldade em determinar as datas precisas dos eventos, os marcos temporais da árvore foram divididos em dois grandes troncos, tendo em conta, de um lado, as estratégias de luta dos proprietários e poderes locais e, de outro, as do Sindicato. Isso explica tanto a facilidade de construir uma detalhada “árvore da

memória”, quanto a dificuldade de recuperar uma memória mais antiga, que surge fragmentada, repleta de lacunas e, mesmo assim, não ultrapassa a década de 1950.

Essa narrativa tem início em 1960, quando José Pureza da Silva participa da ocupação do Mocotó (fazenda vizinha) e, durante a repressão, Chico Noel o esconde em sua casa, no Imbé. Em represália, vários trabalhadores são espancados.

Na década de 1970 a Usina entra em crise e os trabalhadores passam a sofrer com a falta de alimentos, remédios e roupas. O medo da repressão já experimentada os mantém desorganizados.

Em 1976 inicia-se a violência dos proprietários para forçar a saída dos trabalhadores. Estes rompem com o Sindicato da Indústria, a que eram filiados e que era dominado pelos patrões, e filiam-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eles fazem questão de enfatizar que, em 1980, o radialista e

vereador Anthony Garotinho lhes dá grande apoio pelo rádio, divulgando o problema, contra as pressões da UDR e da Igreja.

Aliados aos operários fornecedores de cana, eles ocupam a usina e desligam máquinas, sob a repressão da polícia. Os fazendeiros arrendam as terras para uma massa falida, mas em 1986, há a rescisão do contrato.

Em 1987 as terras da Usina são desapropriadas e em 1989 eles fundam a Associação de Produtores Rurais (APROAM), mas suas terras continuavam ocupadas pelo gado de 22 fazendeiros. A televisão vai ao local e filma os bois comendo plantações e a justiça intercede em favor dos trabalhadores. Finalmente, na década de 1990 eles passam a receber o apoio dos órgãos públicos, conseguem rede de energia, escola, linha de ônibus e a criação de uma Feira no centro da cidade para venderem sua produção.

Na elaboração do mapa os moradores usaram o mesmo recorte criado pela mobilização da “luta”, localizando apenas as glebas da Região do Imbé e deixando de fora as do Rio Preto. Incluíram no mapa a Usina e todos os prédios públicos: escola, posto de saúde, igreja. Destaca-se a localização dos rios e a Serra (área de reserva ambiental) sem a preocupação de localizar suas casas. Com relação aos “desejos” dos moradores, cada um focalizou as necessidades de sua gleba.



José Maurício Arruti

Na oportunidade da 1ª OTN-RJ, a “Dona Rosa da Farinha”, da comunidade da Caveira, nos solicitou que divulgássemos a seguinte carta, que ela dirigiu ao governador do estado e permanece sem resposta.

São Pedro, 19 de fevereiro de 2001

A Paz do Senhor Irmão Garotinho!

Sou sua irmã em Cristo da Igreja Assembléia de Deus de Cabo Frio, do Pastor Wanderlei Rodrigues Bento, me chamo Rosa Geralda Silveira, tenho 72 anos e sou membro da comunidade rural negra da Fazenda da Caveira. Recebi em minha casa, durante o período de 1998 e 1999, uma equipe de pesquisadores do ITERJ e da Fundação Cultural Palmares para a produção do laudo antropológico que reconheceu a comunidade como Remanescente de Quilombo e, além disso, comprovou a antiguidade da casa e da casa de produção de farinha de minha família. Por ser a única casa remanescente do período da escravidão, a equipe de pesquisadores concluiu da necessidade da restauração da casa e da casa de farinha, que atende a toda comunidade cobrando apenas os gastos com o uso das máquinas (óleo e lenha).

Prezado Governador, venho por meio desta carta, pedir a rapidez na execução do início das obras, agora não só por necessidade de preservação de um bem material que se encontra em péssimo estado de conservação, mas principalmente por uma necessidade física. Tenho sérios problemas respiratórios e recebi recomendações de um médico sanitário que deveria restaurar a minha casa urgentemente, o que minhas condições econômicas me impedem. Por ser muito antiga, ela guarda uma série de fungos, ácaros e cupins que são extremamente prejudiciais à minha saúde. Nesses últimos meses, que são meses de chuva, a bronquite se agrava em virtude da umidade e faz com que me torne cada vez mais dependente do nebulizador.

Gostaria, por último, que minha solicitação não fosse interpretada como sendo um pedido individualista que visa somente o benefício de um único membro da comunidade. A restauração da minha casa é fruto da preocupação de um grupo de pesquisadores que visava preservar o único bem material do período da escravidão ainda existente da comunidade. E agora o que eu faço é reafirmar essa preocupação não somente com o bem material histórico mas com minha própria saúde.

Aproveito a oportunidade para refazer o pedido de titulação da posse de nossas terras que vem sofrendo todo tipo de exploração, como a grilagem e extração de areia, que tem transformado terras férteis em enormes áreas improdutivas. Várias denúncias aos órgãos responsáveis já foram feitas sem que nada fosse resolvido.

Desde já agradeço.

ROSA GERALDA SILVEIRA

territóriosnegros

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Eumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral com tiragem de 750 exemplares. Dirigido às comunidades negras rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA Rafael Soares de Oliveira

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do informativo José Maurício Arruti

Pesquisadores Ellen Monteiro, Alessandra Tosta, Fábio Mota e Elizete Ignácio

Programação visual Anita Slade

Apoio editorial Helena Costa e Mara Martins

KOINONIA Presença Eumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

Telefone (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016

E-mail territoriosnegros@koinonia.org.br www.koinonia.org.br

A 1ª Oficina Territórios Negros foi realizada no Colégio Assunção, em Santa Tereza (Rio de Janeiro), com a participação da equipe do Projeto Egbé (José Maurício, Alessandra, Ellen, Elizete e Fábio) e a colaboração de Marisa Rios e Vera Câmara. Contou com o financiamento do Conselho Mundial de Igrejas e com o apoio da Secretaria de Cultura, Educação e Turismo de Cabo Frio, no transporte dos representantes da Rasa, Caveira e Preto Forro.

